SUPER AULÃO PM-BA 2019

- **O SHOW VAI COMEÇAR!!!**
- **@eduardo.fernandes.adv**
- **Canal no *You Tube***: https://www.youtube.com/channel/UChcefFep3kOw3h7GCdCkZ6g

PROFESSOR EDUARDO FERNANDES
WWW.EDUARDOFERNANDESADV.JUR.ADV.BR

1

LEI PENAL NO TEMPO

- **QUANDO? QUAL O MOMENTO DO CRIME?**
- **PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE**
- **IRRETROATIVIDADE DA LEI PENAL (*REGRA)**
- **RETROATIVIDADE DA LEI PENAL MAIS BENÉFICA**
- **"*ABOLITIO CRIMINIS*"**
- **LEIS TEMPORÁRIAS E LEIS EXCEPCIONAIS**

2

QUAL O MOMENTO DO CRIME?

TEORIA DA ATIVIDADE:
MOMENTO DA CONDUTA

3

LEI PENAL NO TEMPO

- PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE
  - "**Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.**"
- IRRETROATIVIDADE DA LEI PENAL (*REGRA)
- RETROATIVIDADE DA LEI PENAL MAIS BENÉFICA
  - "**A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.**"

4

NOVATIO LEGIS INCRIMINADORA

2017: Não era crime filmar cena de nudez ou ato sexual

Lei 13.772, de 19/12/2018 – acrescentou o art. 216-B ao CP

Passou a ser crime filmar cena de nudez ou ato sexual na forma do art. 216-B, CP.

5

NOVATIO LEGIS IN MELLIUS

2017: Roubo com faca = AUMENTO de pena 1/3 a 1/2

Lei 13.654, de 23/04/2018 – revogou esta causa de aumento ao CP

6

LEI PENAL NO TEMPO

- "*ABOLITIO CRIMINIS*"
  - "Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, **cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória**."

7

ABOLITIO CRIMINIS

Art. 218: Corromper ou facilitar a corrupção de pessoa maior de quatorze e menor de dezoito anos, com ela praticando ato de libidinagem, ou induzindo-a a praticá-lo ou presenciá-lo:

2009

Art. 218. Induzir alguém menor de 14 (catorze) anos a satisfazer a lascívia de outrem:

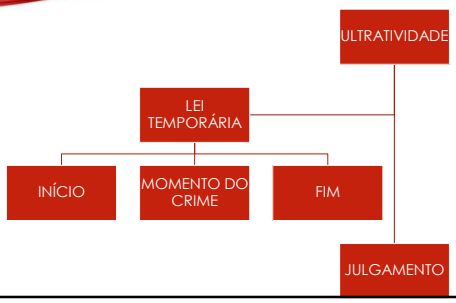
8

LEI PENAL NO TEMPO

- LEIS TEMPORÁRIAS E LEIS EXCEPCIONAIS: **ULTRATIVIDADE**
  - "A lei excepcional ou temporária, **embora decorrido o período** de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, **aplica-se ao fato praticado durante sua vigência**."

9

ULTRATIVIDADE



10

LEI PENAL NO TEMPO

- QUANDO? QUAL O MOMENTO DO CRIME?
  - TEORIA DA ATIVIDADE: **MOMENTO DO CRIME = MOMENTO DA CONDUTA**
- PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE
  - "**Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.**"
- IRRETROATIVIDADE DA LEI PENAL (*REGRA)
- RETROATIVIDADE DA LEI PENAL MAIS BENÉFICA
  - "**A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.**"
- "*ABOLITIO CRIMINIS*"
  - "Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, **cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.**"
- LEIS TEMPORÁRIAS E LEIS EXCEPCIONAIS:
  - "A lei excepcional ou temporária, **embora decorrido o período** de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, **aplica-se ao fato praticado durante sua vigência**."

11

VUNESP - 2019 - PREFEITURA DE GUARULHOS - SP - INSPETOR FISCAL DE RENDAS

No que concerne à aplicação da lei penal, assinale a alternativa correta.

A) A lei excepcional ou temporária **não se** aplica ao fato praticado durante sua vigência.

B) Considera-se praticado o crime no **momento do resultado, ainda que outro seja o momento da ação ou omissão**.

C) Lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, **mas apenas se ainda não** decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

D) Não há crime sem lei anterior que o defina, porém, **pode haver pena sem prévia cominação legal**.

E) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

- A) Art. 3º - A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
- B) Art. 4º - Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- C) Art. 2º, Parágrafo único - A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, **ainda que decididos** por sentença condenatória transitada em julgado.
- D) PRINCÍPIO DA LEGALIDADE: CRIME E PENA SOMENTE POR LEI.
- E) Art. 2º - Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

12

SELECON - 2019 - PREFEITURA DE NITERÓI - RJ - GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Patuscada foi preso em flagrante, processado e sentenciado pelo cometimento de determinado crime. No curso da execução da pena, surgiu a lei X que deixou de considerar como crime a conduta que redundou na sua condenação. Nesse caso, de acordo com as normas da parte geral do Código Penal, ocorreu a:

A) superação dos fatos

B) anistia pessoal

C) tipificação posterior

D) inovação para pior

E) abolição do crime

- Art. 2º - Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.
- Parágrafo único - A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

13

IBFC - 2014 - TJ-PR - TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS - REMOÇÃO

- Em relação ao dolo o Código Penal adota as teorias:
-
- **A) Da vontade e do assentimento.**
- B) Da vontade e da cognição.
- C) Da representação e do assentimento.
- D) Da probabilidade e da cognição.

14

INSTITUTO AOCP - 2019 - PC-ES - ESCRIVÃO DE POLÍCIA

- Considera-se **crime culposo** quando
- A) o agente atinge o resultado delitivo requerido.
- B) o agente impede que resultado delitivo se conclua.
- C) o agente não quer o resultado delitivo, mas assume o risco de se realizar.
- **D) o agente pratica a conduta por imperícia, imprudência ou negligência.**
- E) o delito se agrava por resultado diverso do pretendido.

- Art. 18 - Diz-se o crime:
- **Crime doloso**
- I - doloso, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo;
- **Crime culposo**
- **II - culposo, quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.**
- Parágrafo único - Salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente.

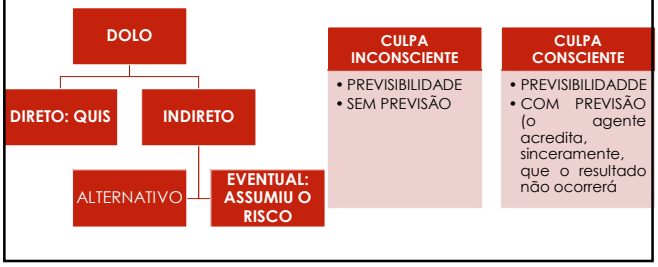
15

VUNESP - 2018 - PC-SP - DELEGADO DE POLÍCIA

- "Existe_____ quando o agente prevê o resultado, mas espera, sinceramente, que não ocorrerá; configura- se _____ quando a vontade do agente não está dirigida para a obtenção do resultado, pois ele quer algo diverso, mas, prevendo que o evento possa ocorrer, assume assim mesmo a possibilidade de sua produção."
- Assinale a alternativa que correta e respectivamente completa as lacunas.
- A) dolo indireto ... dolo alternativo
- B) dolo eventual ... culpa consciente
- C) culpa inconsciente ... culpa consciente
- D) culpa consciente ... dolo eventual
- E) culpa inconsciente ... dolo eventual

16

DOLO X CULPA



17

VUNESP - 2018 - PC-SP - DELEGADO DE POLÍCIA

- "Existe _____ quando o agente prevê o resultado, **mas espera, sinceramente**, que não ocorrerá; configura-se _____ quando a vontade do agente não está dirigida para a obtenção do resultado, pois ele quer algo diverso, mas, prevendo que o evento possa ocorrer, **assume assim mesmo a possibilidade de sua produção**."
- Assinale a alternativa que correta e respectivamente completa as lacunas.
- A) dolo indireto ... dolo alternativo
- B) dolo eventual ... culpa consciente
- C) culpa inconsciente ... culpa consciente
- **D) culpa consciente ... dolo eventual**
- E) culpa inconsciente ... dolo eventual

- Art. 18 - Diz-se o crime:
- **Crime doloso**
- I - doloso, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo;
- **Crime culposo**
- **II - culposo, quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.**
- Parágrafo único - Salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente.

18

INSTITUTO AOCP - 2018 - TRT - 1ª REGIÃO (RJ) - TÉCNICO JUDICIÁRIO - SEGURANÇA

Três indivíduos que são amigos reúnem-se para fazer uso de narcóticos. Porém, em dado momento, os entorpecentes acabam e eles não têm mais dinheiro para reabastecer o vício. Um deles, chamado Ronaldo, propõe que se dirijam a um ponto de ônibus para roubar algum transeunte que lá esteja aguardando a chegada do veículo de lotação. Contudo, ao se aproximarem do referido ponto de ônibus, uma viatura policial passa por eles, inibindo-lhes a vontade de praticar o delito. Se o crime de roubo planejado pelo trio não chegou pelo menos a ser tentado, qual é a consequência penal para Ronaldo, aquele que havia sugerido a prática desse delito contra o patrimônio?

A) Nenhuma, pois tais atos são relativamente nulos.

B) Ele responderá por participação de menor importância.

C) Ele responderá por tentativa de roubo, nos termos do art. 14 do Código Penal.

D) Nenhuma, pois tais atos são impuníveis.

E) Ele responderá por roubo com aplicação de causa de diminuição de pena por arrependimento eficaz, nos termos do art. 15 do Código Penal.

19

ITER CRIMINIS

20

INSTITUTO AOCP - 2018 - TRT - 1ª REGIÃO (RJ) - TÉCNICO JUDICIÁRIO - SEGURANÇA

Três indivíduos que são amigos reúnem-se para fazer uso de narcóticos. Porém, em dado momento, os entorpecentes acabam e eles não têm mais dinheiro para reabastecer o vício. Um deles, chamado Ronaldo, propõe que se dirijam a um ponto de ônibus para roubar algum transeunte que lá esteja aguardando a chegada do veículo de lotação. Contudo, ao se aproximarem do referido ponto de ônibus, uma viatura policial passa por eles, inibindo-lhes a vontade de praticar o delito. **Se o crime de roubo planejado pelo trio não chegou pelo menos a ser tentado**, qual é a consequência penal para Ronaldo, aquele que havia sugerido a prática desse delito contra o patrimônio?

A) Nenhuma, pois tais atos são relativamente nulos.

B) Ele responderá por participação de menor importância.

C) Ele responderá por tentativa de roubo, nos termos do art. 14 do Código Penal.

D) Nenhuma, pois tais atos são impuníveis.

E) Ele responderá por roubo com aplicação de causa de diminuição de pena por arrependimento eficaz, nos termos do art. 15 do Código Penal.

21

IBFC - 2017 - TJ-PE - OFICIAL DE JUSTIÇA

Os itens abaixo dizem respeito à figura da tentativa em Direito Penal. Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

I. Tentativa branca é aquela que ocorre quando o agente, embora tendo empregado os meios ao seu alcance, não consegue atingir a coisa ou a pessoa.

II. Constitui-se como sendo **o único elemento** constituidor da tentativa a interrupção da execução por circunstâncias alheias à vontade do agente.

III. Nos crimes preterdolosos não se admite a tentativa.

IV. A pena por crimes tentados é a mesma do consumado, **mas diminuída em ¼ (um quarto).**

- Assinale a alternativa correta.
- A) Apenas I e II estão corretos
- B) Apenas II e IV estão corretos
- **C) Apenas I e III estão corretos**
- D) Apenas II e III estão incorretos

22

IBFC - 2013 - MPE-SP - ANALISTA DE PROMOTORIA II

Com relação à tentativa, assinale a alternativa **INCORRETA**:

A) Tentativa branca é aquela em que o objeto material não é atingido pela conduta criminosa.

B) Tentativa vermelha é aquela em que o objeto material é atingido pela atuação criminosa.

C) Tentativa perfeita é aquela em que o agente, mesmo esgotando os meios executórios disponíveis, não consuma o crime, por circunstâncias alheias à sua vontade.

D) Tentativa imperfeita é aquela em que o agente inicia a execução sem, contudo, utilizar dos meios que tinha à sua disposição, não se consumando o crime, por circunstâncias alheias à sua vontade.

E) Tentativa imperfeita é aquela em que o agente, mesmo esgotando os meios executórios disponíveis, não consuma o crime, por circunstâncias alheias à sua vontade.

23

TENTATIVA

24

IBFC - 2013 - MPE-SP - ANALISTA DE PROMOTORIA II

Com relação à tentativa, assinale a alternativa **INCORRETA**:

A) Tentativa branca é aquela em que o objeto material não é atingido pela conduta criminosa.

B) Tentativa vermelha é aquela em que o objeto material é atingido pela atuação criminosa.

C) Tentativa perfeita é aquela em que o agente, mesmo esgotando os meios executórios disponíveis, não consuma o crime, por circunstâncias alheias à sua vontade.

D) Tentativa imperfeita é aquela em que o agente inicia a execução sem, contudo, utilizar dos meios que tinha à sua disposição, não se consumando o crime, por circunstâncias alheias à sua vontade.

E) Tentativa imperfeita é aquela em que o agente, mesmo esgotando os meios executórios disponíveis, não consuma o crime, por circunstâncias alheias à sua vontade.

25

SELECON - 2019 - PREFEITURA DE NITERÓI - RJ - GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Potêncio pratica o furto de diversos bens valiosos que retirou da residência de Ana. Após dois anos do evento ilícito, **no curso das investigações policiais**, a vítima recebe os seus bens de volta com um bilhete pedindo desculpas pelo evento ilícito ocorrido. De acordo com a parte geral do Código Penal, o enunciado caracterizaria:

A) o perdão incondicional

B) a desistência voluntária

C) a apropriação temporária

D) o arrependimento posterior

E) a atividade de uso

- **Arrependimento posterior** (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)
- Art. 16 - Nos crimes cometidos **sem violência ou grave ameaça à pessoa**, reparado o dano ou restituída a coisa, **até o recebimento da denúncia ou da queixa**, por ato voluntário do agente, a **pena será reduzida de um a dois terços**. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

26

INSTITUTO AOCP - 2019 - PC-ES - INVESTIGADOR

O agente que pratica o fato para **salvar de perigo atual**, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se, age amparado por qual causa excludente de ilicitude?

A) Legítima defesa.

B) Estado de necessidade.

C) Estrito cumprimento de dever legal.

D) Exercício regular de direito.

E) Consentimento do ofendido.

Estado de necessidade

Art. 24 - Considera-se em **estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual**, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.

§ 1º - Não pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.

§ 2º - Embora seja razoável exigir-se o sacrifício do direito ameaçado, a pena poderá ser reduzida de um a dois terços.

27

IBFC - 2018 - SEAP-MG - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO

Não há de se falar em crime quando o autor pratica a conduta:

A) em estrito cumprimento de dever legal e no exercício regular de direito

B) em estrito cumprimento de dever legal e na obediência hierárquica

C) no exercício regular de direito e na coação moral irresistível

D) em excesso de estado de necessidade e na inimputabilidade

E) em legítima defesa recíproca e no erro de direito

- **Exclusão de ilicitude**
- Art. 23 - **Não há crime** quando o agente pratica o fato:
- I - em estado de necessidade;
- II - em legítima defesa;
- III - em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

28

IBFC - 2017 - TJ-PE - OFICIAL DE JUSTIÇA

São isentos de pena os agentes que detém determinadas condições especiais ou que realizam o fato tido como crime em situações extraordinárias. Sobre o tema, assinale a alternativa que **não contempla uma causa excludente de culpabilidade**.

A) Legítima defesa

B) Doença mental que influencie na compreensão sobre a ilicitude do fato

C) Desenvolvimento mental incompleto que influencie na compreensão sobre a ilicitude do fato

D) Embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior

E) Retardamento mental que influencie na compreensão sobre a ilicitude do fato

- **Exclusão de ilicitude**
- Art. 23 - **Não há crime** quando o agente pratica o fato:
- I - em estado de necessidade;
- II - em legítima defesa;
- III - em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

29

MACETE: ILICITUDE X CULPABILIDADE

ILICITUDE	CULPABILIDADE
• ESTADO DE NECESSIDADE	• DOENÇA MENTAL
• LEGÍTIMA DEFESA	• DESENVOLVIMENTO MENTAL INCOMPLETO
• EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO	• DESENVOLVIMENTO MENTAL RETARDADO
• ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL	• EMBRIAGUEZ COMPLETA PROVENIENTE DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR
	• COAÇÃO MORAL IRRESISTÍVEL
	• OBEDIÊNCIA HIERÁRQUICA
	• ERRO SOBRE A ILICITUDE

30

IBADE - 2018 - SEPLAG-SE - GUARDA DE SEGURANÇA DO SISTEMA PRISIONAL

O indivíduo que mata **um integrante do sistema prisional, no exercício da função ou em decorrência dela, em razão dessa condição**, comete crime de:

A) tortura.

B) homicídio culposo.

C) homicídio qualificado.

D) feminicídio.

E) homicídio simples.

Homicídio simples

Art. 121. Matar alguem:

Pena - reclusão, de seis a vinte anos.

Homicídio qualificado

§ 2º Se o homicídio é cometido:

(...)

VII – contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, **integrantes do sistema prisional** e da Força Nacional de Segurança Pública, **no exercício da função ou em decorrência dela**, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição: (Incluído pela Lei nº 13.142, de 2015)

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

31

INSTITUTO AOCP - 2019 - PC-ES - INVESTIGADOR

Em relação aos **crimes contra o patrimônio, assinale a alternativa correta**.

A) **É isento de pena** o agente que pratica o crime de **roubo** contra seu cônjuge, na constância da sociedade conjugal.

B) É isento de pena o agente que pratica o crime de furto em prejuízo de seu cônjuge, que possui 50 anos de idade, na constância da sociedade conjugal.

C) A pena do delito de receptação é reduzida de um a dois terços se o crime for praticado contra descendente, seja o parentesco legítimo ou ilegítimo.

D) A pena do delito de furto é aumentada de um terço se o crime for praticado em prejuízo do cônjuge, na constância da sociedade conjugal.

E) **É isento de pena** quem pratica o crime de extorsão em prejuízo do cônjuge judicialmente separado.

Art. 181 - **É isento de pena** quem comete qualquer dos crimes previstos neste título, em prejuízo:

I - do cônjuge, na constância da sociedade conjugal;

II - de ascendente ou descendente, seja o parentesco legítimo ou ilegítimo, seja civil ou natural.

Art. 182 - Somente se procede mediante representação, se o crime previsto neste título é cometido em prejuízo:

I - do cônjuge desquitado ou judicialmente separado;

II - de irmão, legítimo ou ilegítimo;

III - de tio ou sobrinho, com quem o agente coabita.

Art. 183 - Não se aplica o disposto nos dois artigos anteriores: I, II e III.

32

VUNESP - 2016 - PREFEITURA DE VÁRZEA PAULISTA - SP - PROCURADOR JURÍDICO

No que se refere ao crime de associação criminosa (CP, art. 288), é correto afirmar que

A) a **pena é dobrada** se a associação é armada.

B) a **pena é dobrada** se houver a participação de criança ou adolescente.

C) a figura típica **apenas** se perfaz se ao menos um dos crimes articulados pela associação **se concretiza**.

D) se configura mediante a associação de 3 (três) ou mais pessoas para o fim específico de cometer crimes.

E) **apenas** pune-se a associação criminosa urbana, pois **associação criminosa estabelecida em área rural configura fato atípico**.

http://eduardofernandesadv.jur.adv.br/

33

FCC - 2018 - MPE-PB - PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

João e Maria, com 18 e 13 anos de idade, respectivamente, iniciaram relacionamento amoroso que culminou em relações sexuais consensuais. Inconformado com o fato, o pai de Maria procura a autoridade policial e solicita a instauração de inquérito policial contra João por entender que sua filha está sendo vítima de abuso sexual. No âmbito do direito penal,

A) João praticou o crime de satisfação de lascívia contra pessoa menor de 14 anos.

B) a existência de relacionamento amoroso entre o casal torna a conduta de João atípica.

C) o consentimento de Maria à conjunção carnal torna o crime de estupro impossível.

D) comprovado que Maria tinha experiência sexual anterior, João praticou o crime de estupro privilegiado.

E) João praticou o crime de estupro de vulnerável.

- **Estupro de vulnerável**
- Art. 217-A. **Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos**:
- Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.
- § 1o Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no caput com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência.
- **§ 5º As penas previstas no caput e nos §§ 1º, 3º e 4º deste artigo aplicam-se independentemente do consentimento da vítima ou do fato de ela ter mantido relações sexuais anteriormente ao crime**. (Incluído pela Lei nº 13.718, de 2018)

34

VUNESP - 2016 - PREFEITURA DE VÁRZEA PAULISTA - SP - PROCURADOR JURÍDICO

No que se refere ao crime de associação criminosa (CP, art. 288), é correto afirmar que

A) a **pena é dobrada** se a associação é armada.

B) a **pena é dobrada** se houver a participação de criança ou adolescente.

C) a figura típica **apenas** se perfaz se ao menos um dos crimes articulados pela associação **se concretiza**.

D) se configura mediante a associação de 3 (três) ou mais pessoas para o fim específico de cometer crimes.

E) **apenas** pune-se a associação criminosa urbana, pois **associação criminosa estabelecida em área rural configura fato atípico**.

http://eduardofernandesadv.jur.adv.br/

35

INSTITUTO AOCP - 2019 - PC-ES - PERITO OFICIAL CRIMINAL - ÁREA 8

A respeito dos Crimes de Tortura, regulados pela Lei nº 9.455/1997, assinale a alternativa correta.

A) A pena prevista para o crime de tortura consistente em submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo, é de reclusão de dois a **cinco anos**.

B) A pena prevista para aquele que se omite em face de condutas que caracterizam crimes de tortura, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, é de um a **três anos**.

C) O agente público que pratica uma das condutas que caracterizam crimes de tortura terá a pena aumentada em **dois terços**.

D) O agente público condenado por crime de tortura perderá o cargo, função ou emprego público e sofrerá interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

E) O crime de tortura é insuscetível de fiança ou graça, **mas é suscetível de anistia**.

http://eduardofernandesadv.jur.adv.br/

36

VOCÊ PODE ACESSAR ESTAS QUESTÕES E VÍDEOS
• Site eletrônico: http://eduardofernandesadv.jur.adv.br/artigos
• Instagram: @eduardo.fernandes.adv
• Canal no You Tube: https://www.youtube.com/channel/UChcefFep3kOw3h7GCdCkZ6g
PROFESSOR EDUARDO FERNANDES
WWW.EDUARDOFERNANDESADV.JUR.ADV.BR

37

VOCÊ PODE ACESSAR ESTAS QUESTÕES E VÍDEOS
• http://eduardofernandesadv.jur.adv.br/artigos
PROFESSOR EDUARDO FERNANDES
WWW.EDUARDOFERNANDESADV.JUR.ADV.BR

38

FUTUROS PMBA:
• MUITO OBRIGADO!!!
PROFESSOR EDUARDO FERNANDES
WWW.EDUARDOFERNANDESADV.JUR.ADV.BR

39